



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

5 e 6 de Junho/2025



ORGANIZAÇÃO
UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

PROF. DR. LUIZ FELIPE CABRAL MAURO
REITOR

PROF. FLÁVIO MÓDOLO
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

FERNANDO SOARES MAURO
PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA

PROFA. DRA. VERA LÚCIA SILVEIRA BOTTA FERRANTE
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU E PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
[HTTP://LATTES.CNPQ.BR/7454508605039228](http://lattes.cnpq.br/7454508605039228)

**COMISSÃO ORGANIZADORA DO XIV FÓRUM DE DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE**

COORDENADORES

PROFA. DRA. HELENA CARVALHO DE LORENZO (UNIARA)
LATTES: [HTTP://LATTES.CNPQ.BR/0152644674173077](http://lattes.cnpq.br/0152644674173077)

PROFA. DRA. MARIA LÚCIA RIBEIRO (UNIARA)
LATTES: [HTTP://LATTES.CNPQ.BR/4093825086696897](http://lattes.cnpq.br/4093825086696897)

PROF. DR. GUILHERME ROSSI GORNI (UNIARA)
LATTES: [HTTP://LATTES.CNPQ.BR/5709556333376897](http://lattes.cnpq.br/5709556333376897)

PROF. DR. LEONARDO RIOS (UNIARA)
LATTES: [HTTP://LATTES.CNPQ.BR/2749198523246572](http://lattes.cnpq.br/2749198523246572)

PROF. DR. LUIZ MANOEL DE MORAES CAMARGO ALMEIDA (UNIARA)
LATTES: [HTTP://LATTES.CNPQ.BR/5053214724598522](http://lattes.cnpq.br/5053214724598522)

PROFA. DRA. FLÁVIA CRISTINA SOSSAE (UNIARA)
LATTES: [HTTP://LATTES.CNPQ.BR/8245880046039472](http://lattes.cnpq.br/8245880046039472)

PROFA. DRA. ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO (UNIARA)
LATTES: [HTTP://LATTES.CNPQ.BR/0183906987594681](http://lattes.cnpq.br/0183906987594681)

PROF. DR. MARCUS CESAR AVEZUM ALVES DE CASTRO (UNIARA/UNESP)
LATTES: [HTTP://LATTES.CNPQ.BR/7133895068924551](http://lattes.cnpq.br/7133895068924551)



EXECUTORES

MA. DAIANE RAIMUNDO DE BARROS (UNIARA)
HTTP://LATTES.CNPQ.BR/0941769276708291

ME. GABRIEL FELONI MARTINS DO ROSÁRIO (UNIARA)
LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/1228935054877449

ME. RAFAEL CARACHO (UNIARA)
LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/3407163594304272

MA. GABRIELA DE MENEZES FREITAS (UNIARA)
LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/0616928856596278

MATHEUS HEIDERICH MORENO (UNIARA)
LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/0219500935894928

MICAELA FERNANDA PEREIRA FRANCISCO (UNIARA)
LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/7850529938528890

APOIO TÉCNICO

MARIA LUIZA AIELO (UNIARA)
LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/3944689596796533

ANA RÚBIA LAMELLAS ROCHA (UNIARA)
LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/6400536122783401

LAURA NÁTHALY TRAVENSOLO DO COUTO (UNIARA)
LATTES: HTTP://LATTES.CNPQ.BR/8452834874804403

SECRETÁRIAS EXECUTIVAS

IVANI FERRAZ URBANO
MARIA SILVIA CORRÊA
THATIANY MARIANO
BEATRIZ PAIVA TRIVELATO
CAROLINE ISABELA VIEIRA

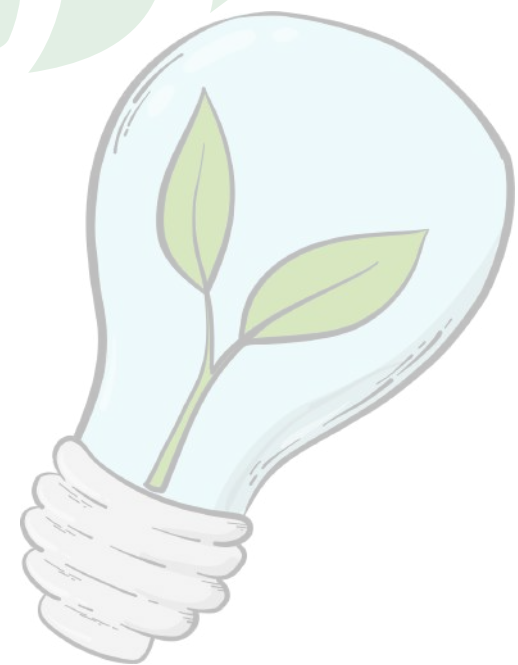
PRODUÇÃO TÉCNICA

JULIANO MARCELLO
CELSO ANDRETTA JUNIOR
CAMILA MÓDOLO
CAROLINA MARQUES DÉA
RAFAEL LOPES

DIAGRAMAÇÃO/DESIGN GRÁFICO

THATIANY MARIANO
HTTP://LATTES.CNPQ.BR/6168301857462863





COMO CITAR SEU RESUMO

ULTIMO NOME, Primeiro Nome do autor. Título do Resumo. *In: Anais... XIV Fórum de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente: Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente, Araraquara – SP, 2025. ISBN: 978-65-996167-7-8. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/eventos/xi-simposio-reforma-agrariaquestoes-rurais/#item-s-anais>. Acesso em: 15 set. 2025.*

ISBN: 978-65-996167-7-8





XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente



Sessões Temáticas

Gestão e Recursos Hídricos



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

A difícil composição entre eficiência econômica e gestão eficiente da Biodiversidade e dos Recursos Hídricos em Usinas Hidrelétricas

Janete Avelar Guimarães Dantas Campoi*; Maria Lucia Ribeiro*

Resumo: Quando reportamos sobre a importância da conservação dos recursos naturais, imediatamente pensamos em conservação simultânea de ecossistemas terrestres e aquáticos dentro de uma determinada área estabelecida. Entendemos aqui ecossistema como um conjunto de organismos vivos (plantas, animais, microrganismos) que interagem entre si e com elementos de seu entorno (água, solo, ar, luz solar). O uso sustentável ou a conservação de ecossistemas terrestres são fundamentais para preservação e conservação dos ecossistemas aquáticos, pois estes últimos dependem fortemente da forma de uso e ocupação do primeiro em sua área de entorno, funcionando como uma espécie de proteção e filtro para manutenção dos cursos d'água e dos organismos que neles habitam. Nesse sentido, temos um cenário de que o conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes em determinada região (biodiversidade) dependem de uma gestão eficiente e resiliente da água e do solo neste espaço. Experiências vivenciadas na implantação de usinas hidrelétricas buscam através de seus programas ambientais de mitigação de impactos, essa integração na gestão destes espaços relacionados aos recursos hídricos e da biodiversidade do seu entorno, da mesma forma que populações tradicionais e ribeirinhos, cada um a seu modo. Buscar uma relação entre estas formas de gestão, que a princípio aparentam ser muito excludentes, pode vir a ser a saída futura para associar direitos sociais, desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Palavras-chave: Ecossistemas; Formas de uso e preservação; Gestão resiliente e sustentável.

*Universidade de Araraquara (UNIARA) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Araraquara, SP-Brasil.

*Autora Correspondente: E-mail: janeteagdcampoi@gmail.com



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Abordagem socioambiental de direitos humanos à água e ao saneamento no combate à crise hídrica global

Laura de Moraes Carvalho*; Bruna Angela Branchi*

Resumo: A abordagem socioambiental sobre os Direitos Humanos à Água e ao Saneamento foram introduzidas nos Relatórios Especiais das Nações Unidas a partir do mandato de Pedro Arrojo-Agudo, que se iniciou em 2021. Sua visão entende que a crise hídrica global não se restringe somente à escassez de água, mas também está ligado aos fatores estruturais de insustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e pobreza. Com isso, a presente pesquisa qualitativa apresenta os principais argumentos e conclusões gerais do relator, a partir de um estudo documental utilizando a técnica de Análise de Conteúdo. Como resultados, destaca-se a defesa da governança democrática da água, pautada nos princípios de direito humanos, como forma de superar os principais desafios que levam à crise hídrica global.

Palavras-chave: Água e saneamento; Desigualdade econômica; Sustentabilidade hídrica; Gestão da água.

*Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade, PUC-Campinas.

*Autora Correspondente: E-mail: lauramoraescarvalho@gmail.com



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

A relação entre a biodiversidade e a água: importância para o equilíbrio ambiental

Wanderson de Oliveira Barbosa*

Resumo: Este projeto tem como objetivo evidenciar a relação indissociável entre a biodiversidade e os recursos hídricos, destacando como a conservação da natureza é essencial para garantir a qualidade e a disponibilidade da água. A biodiversidade depende da água para sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, atua na sua preservação, mantendo os ecossistemas equilibrados e funcionando. Elementos naturais, como as matas ciliares, exercem papel fundamental na proteção de nascentes e rios, assegurando que não sequem nem sejam contaminados. Contudo, a ação humana, por meio do desmatamento, da poluição e do uso descontrolado dos recursos naturais, compromete tanto a diversidade biológica quanto o abastecimento de água para as populações. Assim, a proposta deste trabalho é, a partir de leituras e análises, compreender como a biodiversidade e a água se sustentam mutuamente e reforçar a importância de sua preservação como condição indispensável para o equilíbrio ambiental e para a qualidade de vida.

Palavras-chave: Água; biodiversidade; natureza; preservação ambiental.

*Universidade de Araraquara (UNIARA) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Araraquara/SP/Brasil.

*Autor Correspondente: E-mail: wdo Barbosa@uniara.edu.br

Barragens, (MÁ) gestão ambiental e injustiça climática: o silenciamento das mulheres de mariana em meio aos conflitos hídricos

Vitória Ignácio Guilherme*

Resumo: O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015, é um exemplo emblemático de como a má gestão de recursos hídricos pode catalisar um desastre ambiental de grandes proporções. A tragédia, causada por falhas estruturais decorrentes de obras mal planejadas e alterações inadequadas na barragem, resultou na liberação de aproximadamente 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos, que devastaram comunidades, como Bento Rodrigues, e contaminou a bacia do Rio Doce, afetando dezenas de municípios. O desastre evidenciou a negligência da mineradora Samarco e a insuficiência da fiscalização estatal, com omissões que permitiram a continuidade de práticas inseguras e o aumento dos riscos. Além dos impactos ambientais e econômicos, a tragédia revelou a ampliação das desigualdades sociais, especialmente de gênero, dado que mulheres das comunidades afetadas sofreram consequências agravadas pela vulnerabilidade social e pela sobrecarga de responsabilidades familiares. Nesse contexto, a intersecção da má gestão da barragem com a desigualdade de gênero intensificou os efeitos do desastre, evidenciando a urgência da adoção de políticas públicas integradas que promovam a segurança hídrica, a justiça social e a equidade. Portanto, este estudo evidenciará a importância de uma gestão responsável e transparente dos recursos hídricos aliada à inclusão das perspectivas sociais, para prevenir futuros desastres e mitigar seus impactos, garantindo que a proteção das vidas humanas, do meio ambiente e dos direitos das populações vulneráveis seja concretizado.

Palavras-chave: Gestão ambiental; Barragem; Mulheres; Justiça climática.

*Escola de Economia e Negócios, Puc-Campinas, Bolsista de Iniciação Científica FAPESP. Barão Geraldo – Campinas – SP.

*Autora Correspondente: E-mail: janeteagdcampoi@gmail.com



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Revisão integrativa sobre gestão de inundações em bacias hidrográficas urbanas no Brasil: resiliência e desafios em tempos de mudanças climáticas

Keithy Juliane de Oliveira*; Leonardo Rios*; Maria Lúcia Ribeiro*

Resumo: A gestão de inundações em bacias hidrográficas urbanas tornou-se uma preocupação crítica no Brasil, particularmente à luz das mudanças climáticas em curso. O aumento das chuvas intensas e dos eventos climáticos extremos está contribuindo para uma maior frequência e gravidade das inundações em áreas urbanas. Esta revisão integrativa aborda a gestão de inundações em bacias hidrográficas urbanas no Brasil, com ênfase na resiliência e nos desafios associados a esses eventos em um cenário de mudanças climáticas. O objetivo geral deste estudo é examinar a literatura existente sobre o tema, destacando a abordagem da resiliência e identificando os principais desafios enfrentados na gestão de inundações urbanas em bacias hidrográficas brasileiras. Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, incorporando estudos que investigam várias facetas da gestão de inundações, incluindo medidas estruturais e não estruturais, impactos das mudanças climáticas e estratégias de resiliência. Os resultados revelaram uma crescente preocupação com a necessidade de políticas e estratégias mais eficazes para enfrentar os desafios das inundações urbanas nas bacias hidrográficas brasileiras, especialmente à luz das mudanças climáticas em curso. Além disso, evidenciaram a importância da resiliência como uma abordagem fundamental para lidar com esses eventos, destacando a necessidade de futuras pesquisas e intervenções práticas nesse contexto.

Palavras-chave: Inundações Urbanas; Gestão de Bacias Hidrográficas; Mudanças Climáticas.

* Universidade de Araraquara (UNIARA) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Araraquara/SP/Brasil.

*Autora Correspondente: E-mail: keithy.oliveira@uniara.edu.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Conhecimento da toponímia hídrica via educação ambiental pelas bacias hidrográficas locais

Leonardo de Araújo Neto*

Resumo: A hidrografia representa um importante aspecto da paisagem dos municípios. Sem água a vida não existiria tal como a conhecemos. No entanto, o desconhecimento da rede hidrográfica local leva os munícipes a não conhecerem a toponímia hídrica do recurso hídrico mais próximo a sua casa. Este trabalho objetivou o conhecimento da toponímia hídrica local em Araraquara/SP. Por meio dos princípios e objetivos da Educação Ambiental, utilizou-se a Bacia Hidrográfica Local como forma de despertar essa conscientização e sensibilização. Optou-se, num primeiro momento, capacitar os professores coordenadores das escolas integrais da rede pública municipal, totalizando onze (11) unidades de ensino. Por fim, estimulou-se a criação da bacia hidrográfica de cada unidade escolar participante da capacitação em material a ser escolhido pelos educadores neste trabalho, com a participação dos estudantes.

Palavras-chave: Toponímia Hídrica; Educação Ambiental; Bacias Hidrográficas Locais.

*Divisão de Educação Ambiental (DEA) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA) da Prefeitura de Araraquara. Centro Municipal de Educação Ambiental localizado no Parque Natural Municipal do Basalto. Araraquara, Brasil.

* Autor Correspondente: E-mail: laneto@araraquara.sp.gov.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Diálogos sobre agricultura, meio ambiente e impactos antrópicos na educação de jovens e adultos

Ana Clara Nery-Silva*; Kauan Winicius Pereira Costa**;
Manuela de Mattos Donato Alves**; João Vitor de Oliveira Pereira**

Resumo: Na Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve-se promover o desenvolvimento ético, moral e intelectual dos sujeitos, inclusive pelo estudo de temáticas diversas como a agricultura. Este trabalho, de caráter qualitativo, buscou compreender quais conteúdos e atividades foram mais significativos à formação de educandos, instigando-os a refletir sobre as relações entre agricultura, meio ambiente e impactos antrópicos. Analisando os conteúdos de documentos produzidos ao longo de um projeto na EJA e na observação de encontros, evidenciaram-se os estudos de conceitos ligados a práticas agrícolas e às questões sociais na agricultura. Em termos de atividades, destacaram-se como mais significativas o uso de ferramentas de mapeamento geoespacial, a resolução de situações-problema, os momentos de plantio e as palestras conduzidas por especialistas. A diversidade de conceitos e atividades exploradas neste projeto com a EJA permitiram a apropriação de novos recursos tecnológicos e digitais, a formação crítica dos educandos e um conhecimento mais significativo e contextualizado para que estes discentes compreendam os impactos da agricultura sobre o ambiente e a sociedade e proponham resoluções para as questões socioambientais, características da atualidade.

Palavras-chave: Inundações Urbanas; Gestão de Bacias Hidrográficas; Mudanças Climáticas.

*Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ecologia Aplicada da USP/ESALQ. Professora da Educação de Jovens e Adultos em Araraquara/SP.

**Estudantes da Educação de Jovens e Adultos em Araraquara/SP. *Autora Correspondente: E-mail: ananery.ea@gmail.com

Desafios da agricultura familiar: invisibilidade, sucessão e permanência no campo

André Augusto Pavan*; Vera Lucia Silveira Botta Ferrante**; Oriowaldo Queda**

Resumo: Este trabalho desenvolve uma revisão bibliográfica sobre os desafios e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil, destacando a sucessão rural e a permanência da juventude no campo. O objetivo é compreender os principais fatores que ameaçam a continuidade das unidades produtivas familiares, como a falta de visibilidade nos dados oficiais, a carência de políticas públicas adequadas e as mudanças socioculturais que influenciam as escolhas e os projetos de vida dos jovens rurais. A pesquisa foi realizada a partir da seleção de publicações acadêmicas recentes disponíveis no Google Acadêmico, priorizando trabalhos que discutem a diversidade da agricultura familiar, os desafios enfrentados pelas juventudes e as limitações das políticas voltadas ao meio rural. As análises apontam que a sucessão no campo não se restringe aos aspectos econômicos, envolvendo também fatores subjetivos, simbólicos e estruturais. Esses elementos exigem ações governamentais que considerem a pluralidade social, regional e produtiva presente no meio rural brasileiro. A permanência dos jovens na atividade agrícola depende tanto de condições materiais — como acesso a renda, infraestrutura e serviços — quanto de reconhecimento social, identidade e valorização cultural, aspectos que ainda são pouco contemplados nas políticas públicas atuais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Sucessão Rural; Juventude Rural.

*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA.

**Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autor Correspondente: E-mail: aagustopavan@gmail.com



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Jardins de chuva como estratégia sustentável para a drenagem urbana: Estudo de caso na cidade de Ribeirão Preto - SP

Juliana Bianco Delmonico Rodrigues*; Maria Lucia Ribeiro**; Sandra Imaculada Maintinguer**

Resumo: Este trabalho desenvolve uma revisão bibliográfica sobre os desafios e as perspectivas da agricultura familiar no Brasil, destacando a sucessão rural e a permanência da juventude no campo. O objetivo é compreender os principais fatores que ameaçam a continuidade das unidades produtivas familiares, como a falta de visibilidade nos dados oficiais, a carência de políticas públicas adequadas e as mudanças socioculturais que influenciam as escolhas e os projetos de vida dos jovens rurais. A pesquisa foi realizada a partir da seleção de publicações acadêmicas recentes disponíveis no Google Acadêmico, priorizando trabalhos que discutem a diversidade da agricultura familiar, os desafios enfrentados pelas juventudes e as limitações das políticas voltadas ao meio rural. As análises apontam que a sucessão no campo não se restringe aos aspectos econômicos, envolvendo também fatores subjetivos, simbólicos e estruturais. Esses elementos exigem ações governamentais que considerem a pluralidade social, regional e produtiva presente no meio rural brasileiro. A permanência dos jovens na atividade agrícola depende tanto de condições materiais — como acesso a renda, infraestrutura e serviços — quanto de reconhecimento social, identidade e valorização cultural, aspectos que ainda são pouco contemplados nas políticas públicas atuais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Sucessão Rural; Juventude Rural.

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, UNIARA.

**Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autora Correspondente: E-mail: jbdarq@gmail.com



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Monitorando o ODS 6 com base nos direitos humanos: uma revisão de indicadores aplicados ao contexto brasileiro

Mariana Menezes Messias de Andrade*; Bruna A. Branchi*

Resumo: Este estudo aborda o sexto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), centrado na universalização do acesso à água e saneamento, com foco nas metas 6.1 e 6.2. Há, portanto, uma relação direta com os Direitos Humanos à Água e Saneamento (DHAeS) aprovados cinco anos antes da promoção da Agenda 2030. Esses direitos são caracterizados por critérios normativos de disponibilidade, qualidade, acessibilidade física e econômica, aceitabilidade e por princípios de igualdade e realização progressiva. Esses critérios e princípios resultam relevantes na avaliação de ações promotoras da Agenda 2030, demonstrando a necessidade de diversificação de métricas e desagregação dos dados. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a contribuição dos indicadores fundamentados DHAeS para monitorar a situação do Brasil em relação ao alcance das duas primeiras metas do ODS 6. Para isso, será realizada uma revisão da literatura acadêmica aplicada ao caso do Brasil. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica. Espera-se elaborar uma classificação dos resultados, suficientemente detalhada que sirva como base teórica e aplicada para futuros estudos aplicados, especialmente quando os microdados do Censo Demográfico de 2022 estiverem disponíveis ao público. Os resultados esperados incluem as contribuições para a avaliação da universalização do acesso à água e saneamento, ressaltando a importância de indicadores desagregados para monitorar o ODS 6 no Brasil.

Palavras-chave: Desigualdades; Realização progressiva dos direitos humanos; Agenda 2030; Avaliação.

*Pontifícia Universidade Católica - PUC Campinas.

*Autora Correspondente: E-mail: mariana.mma@puccampinas.edu.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Segurança hídrica no contexto da NDC brasileira

Natalia Vieira de Carvalho Martins*; Alessandra Santos Nascimento*;
Helena Carvalho de Lorenzo*

Resumo: Este estudo aborda o sexto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), centrado na universalização do acesso à água e saneamento, com foco nas metas 6.1 e 6.2. Há, portanto, uma relação direta com os Direitos Humanos à Água e Saneamento (DHAeS) aprovados cinco anos antes da promoção da Agenda 2030. Esses direitos são caracterizados por critérios normativos de disponibilidade, qualidade, acessibilidade física e econômica, aceitabilidade e por princípios de igualdade e realização progressiva. Esses critérios e princípios resultam relevantes na avaliação de ações promotoras da Agenda 2030, demonstrando a necessidade de diversificação de métricas e desagregação dos dados. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar a contribuição dos indicadores fundamentados DHAeS para monitorar a situação do Brasil em relação ao alcance das duas primeiras metas do ODS 6. Para isso, será realizada uma revisão da literatura acadêmica aplicada ao caso do Brasil. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualitativa e de natureza bibliográfica. Espera-se elaborar uma classificação dos resultados, suficientemente detalhada que sirva como base teórica e aplicada para futuros estudos aplicados, especialmente quando os microdados do Censo Demográfico de 2022 estiverem disponíveis ao público. Os resultados esperados incluem as contribuições para a avaliação da universalização do acesso à água e saneamento, ressaltando a importância de indicadores desagregados para monitorar o ODS 6 no Brasil.


Palavras-chave: Desigualdades; Realização progressiva dos direitos humanos; Agenda 2030; Avaliação.

*Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autora Correspondente: E-mail: nataliavieiracm@gmail.com



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente



Sessões Temáticas

Serviços Ecossistêmicos e Soluções Baseadas na Natureza



As Políticas Públicas voltadas às parturientes presidiárias no Brasil: estudo de caso da Penitenciária Feminina de Pirajuí-SP

Stephania Rosa de Oliveira^{1*}; Janaína Florinda Ferri Cintrão*

Resumo: A gravidez é um evento marcante na vida da mãe, seja ele positivo ou não. Para as encarceradas que dão à luz seus filhos dentro de uma prisão o processo é um pouco diferente quando comparado às mães que vivem em liberdade. Estar condicionada à uma cela com outras tantas mulheres, sem contato diário com a família e gerando uma vida traz à tona sentimentos que decidirão o futuro de uma criança, que contrariamente à lei, já nasce com seus direitos de liberdade restritos, mesmo que não tenha cometido nenhum ato delituoso. As mães que estão encarceradas têm o direito de permanência, em via de regra, por até 06 (seis) meses de vida do menor, no entanto, o prazo poderá ser antecipado ou postergado, dependendo de cada situação individual. O rompimento materno-familiar acontecerá em algum momento, mas nesse período é imprescindível que as políticas públicas inerentes sejam aplicadas sem qualquer distinção.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Penitenciária Feminina; Grávidas Encarceradas; Legislação.

*Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autora Correspondente: E-mail: sroliveira@uniara.edu.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Crianças como multiplicadores da gestão ecológica de resíduos sólidos

Nicole Pichirilli Catirse*; Jhenifer Marques Pires*; Lorena Brandão Nunziato de Souza*;
Maria Eduarda Oliveira Leal*; Matheus Cardoso de Siqueira Silva*; Márcio Leite Oliveira*

Resumo: A Educação Ambiental e o tema meio ambiente, em geral, se fazem cada vez mais necessários em todos os setores da sociedade, visto que a degradação ambiental decorrente dos avanços das atividades humanas e crescimento urbano desordenado é uma realidade. Contudo, ao aumentar a conscientização e incentivar a mudança de hábitos entre estudantes através da Educação Ambiental se tem a promoção de atitudes responsáveis e conscientes, bem como estabelece a formação de cidadãos que exercem seu papel na sociedade quanto aos deveres de cuidado ao meio ambiente. Dessa forma, o objetivo do presente projeto é aprimorar a gestão de resíduos em escolas de ensino básico, bem como formar multiplicadores quanto a gestão responsável de resíduos. Para isso, usamos como temática central do processo pedagógico o desenvolvimento de uma composteira numa escola de Ensino Fundamental I. Foi realizada a pesagem dos resíduos orgânicos produzidos pelos alunos, bem como do alimento preparado pela cozinheira da escola, para que assim possa ser quantificada a quantidade de alimento desperdiçado e a capacidade da composteira calculada. Além disso, aulas teóricas e práticas foram ministradas aos alunos da escola parceira, para que assim esses possam entender os objetivos e necessidades por trás da produção da composteira na escola, assim como possam atuar com mais confiança como multiplicadores. Portanto, como resultados esperados a formação de multiplicadores através da educação ambiental teórica e prática com a execução da composteira, bem como a diminuição dos resíduos orgânicos e desperdício na escola parceira e comunidades relacionadas.

Palavras-chave: Compostagem; Educação Ambiental; Gestão Ambiental; Sustentabilidade.

*Universidade de Araraquara – Uniara.

*Autora Correspondente: E-mail: npcatirse@uniara.edu.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Crise hídrica e injustiça psicossocial: impactos na saúde mental e percepção em territórios vulneráveis

Rosely Yavorski*; Marci Aparecida Lemes**; Fernanda Lima*

Resumo: Este estudo propõe uma leitura ampliada da crise hídrica no Brasil como um fenômeno multidimensional e interseccional, atravessado por desigualdades territoriais, impactos psicossociais e injustiças socioambientais. Parte-se do problema da invisibilização dos efeitos subjetivos da escassez de água, especialmente sobre populações vulnerabilizadas. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão sistematizada de cinco estudos empíricos realizados entre 2013 e 2023, em diferentes contextos territoriais brasileiros. Os critérios de seleção incluíram foco em percepção ambiental, saúde mental e exclusão hídrica. A análise foi conduzida por meio da técnica de análise de conteúdo temática, articulada aos referenciais da ecologia humana, psicologia social, justiça ambiental e representações sociais. Os resultados indicam a recorrência de sofrimento psíquico — como ansiedade, impotência, medo e desesperança —, fragmentação da percepção ecológica, desconfiança nas instituições públicas e fortes evidências de racismo ambiental. Observou-se também a mercantilização da água, a fetichização do consumo de água mineral e a ausência de educação ambiental crítica nos currículos escolares. A crise hídrica, nesses contextos, revela-se não apenas como uma limitação material, mas como expressão de negação de direitos, desintegração simbólica e abandono institucional. Propõe-se, como resposta, a construção de políticas públicas intersetoriais que integrem saneamento, atenção psicossocial, justiça territorial e formação ambiental emancipadora. Ao defender a água como bem comum e direito fundamental, o estudo reforça a necessidade de soluções participativas, éticas e sensíveis à diversidade dos territórios, fortalecendo os vínculos entre natureza, identidade, pertencimento e cidadania ambiental.

Palavras-chave: Escassez hídrica. Justiça ambiental; Saúde mental; Percepção ecológica; Psicologia social.

*Universidade de Flores – UFLO, Buenos Aires, Argentina. Programa de Pós-graduação Mestrado em Psicologia.

**Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autora Correspondente: E-mail: roselyyavorski@yahoo.com

Análise da realidade socioambiental do município de Ituverava –SP: um estudo dos problemas nas áreas da saúde, assistência ambiental e educação

João Paulo de Oliveira Santos*; Maria Lúcia Ribeiro*; Alessandra Santos Nascimento*

Resumo: O presente trabalho pretende descrever a inquietação do autor em buscar soluções para problemas públicos que prejudicam os cidadãos da cidade onde reside e atua como pesquisador e professor. O estudo buscará novas formas de políticas públicas para o município de Ituverava-SP, que relacionem positivamente a educação, a saúde e o ambiente. Ao longo dos tempos, percebem-se várias demandas reprimidas, e, diante disso, surgiu o interesse em fazer esta análise geral do município, que se definirá por meio de uma amostra mais relevante, desenvolvendo a pesquisa sobre essas políticas públicas em um bairro periférico específico. Será apresentado às secretarias municipais da cidade, o levantamento das questões socioambientais mais relevantes no bairro que servirá de amostra, assim como sugestões advindas da comunidade local. Acredita-se que o próprio poder público municipal também se beneficiará, pois a pesquisa poderá colaborar na elaboração de novas políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação; Saúde; Ambiente.

*Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autor Correspondente: E-mail: prof.joaopaulo@outlook.com



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

A agroecologia no PDS Sepé Tiaraju e o papel da juventude assentada

Raissa da Cruz Moreira^{1*}; Joelson Gonçalves de Carvalho^{2**}

Resumo: O trabalho em questão propõe investigar a interseção entre práticas agroecológicas e a organização da juventude no Assentamento PDS Sepé Tiaraju, na região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Inicia contextualizando a ascensão do agronegócio na década de 1990 e a resposta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) através da agroecologia e da reforma agrária. Destaca a criação dos Assentamentos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) como alternativa ecologicamente viável e a formação do Assentamento Sepé Tiaraju como o primeiro modelo agroecológico em São Paulo. Descreve a constituição do assentamento e a divisão em núcleos para garantir diversidade de interesses. Identifica a emergência do Coletivo Agroecológico Juventude Sepé (CAJUS) em 2016 e questiona o engajamento dos jovens na agricultura familiar. Propõe uma abordagem qualitativa com observação participante, entrevistas e análise documental para compreender o impacto das práticas agroecológicas na organização juvenil. Essa pesquisa visa contribuir para a compreensão da relação entre agroecologia, juventude rural e organização comunitária em contextos de assentamentos rurais.

Palavras-chave: Agroecologia; Assentamento PDS; Juventude rural; Organização coletiva.

¹Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos - SP.

²Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autora Correspondente: E-mail: raissacruz@estudante.ufscar.br

A preservação e integração de áreas verdes nos loteamentos urbanos de São Carlos à luz do plano diretor de 2016 e da legislação vigente

Ramon Nepumuceno de Aguiar Cintra*

Resumo: A presente tese investiga a preservação e a integração das áreas verdes nos loteamentos urbanos do município de São Carlos (SP), à luz do Plano Diretor de 2016 e da legislação ambiental e urbanística vigente. O estudo parte da constatação de que a rápida expansão urbana tem gerado impactos significativos sobre o meio ambiente, especialmente na supressão ou fragmentação de espaços naturais essenciais à qualidade de vida e à sustentabilidade das cidades. Com base em uma metodologia mista, que combina análise documental, geoprocessamento, visitas de campo e análise estatística, a pesquisa avalia a efetividade das políticas públicas locais na proteção das áreas verdes urbanas, identificando lacunas, desafios e oportunidades de melhoria. A tese demonstra que essas áreas exercem funções ecológicas fundamentais, como regulação climática, retenção de águas pluviais e conservação da biodiversidade, além de oferecerem serviços ecossistêmicos associados ao bem-estar, à saúde pública, à valorização imobiliária e à inclusão social. A análise revela que, embora o Plano Diretor de São Carlos contenha diretrizes positivas, sua aplicação prática encontra entraves como baixa fiscalização, ausência de planejamento integrado e desigualdade no acesso aos espaços verdes. Por fim, propõe-se um conjunto de recomendações para aprimorar a gestão urbana, reforçando o papel das áreas verdes como infraestrutura estratégica para o desenvolvimento sustentável. O trabalho contribui para o debate acadêmico e prático sobre cidades sustentáveis, propondo um modelo de urbanização mais equilibrado entre crescimento urbano, justiça social e proteção ambiental.

Palavras-chave: Áreas verdes; Planejamento urbano; Infraestrutura verde; Sustentabilidade.

*Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autora Correspondente: E-mail: rnacindra@uniara.edu.br

Análise comparativa do índice de desenvolvimento da educação básica e dos fatores locais em unidades escolares do município de Novo Horizonte -SP

Priscila Pereira Chaves*; Janaina Florinda Ferri Cintrão*

Resumo: O município de Novo Horizonte – SP é nacionalmente conhecido pelos altos índices do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). Desta forma, tal pesquisa pretende avaliar comparativamente os efeitos dos índices locais no resultado final das unidades escolares, considerando que utilizam as mesmas práticas educacionais de uma mesma política pública. Além disso, pretende-se identificar se há influências locais geradoras de índices com certa diferença e subsidiar as políticas públicas educacionais a partir dos resultados deste trabalho. As unidades a serem investigadas localizam-se em bairros distintos, ou seja, uma unidade em um bairro central; três unidades em um bairro periférico e a outra em um bairro adjacente que atende alunos majoritariamente do campo.

Palavras-chave: IDEB; Fatores locais; PPP; Políticas Públicas Educacionais.

*Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autora Correspondente: E-mail: jcintrao.mestrado@uniara.com.br

Estratégias adotadas pelo poder público frente aos desastres ambientais em Araraquara-SP

Mayra Carvalho de Souza Pereira*; Janaina Florinda Ferri Cintrão*;
José Maria Gusman Ferraz*

Resumo: Desastres ambientais têm sido recorrentes em Araraquara-SP devido às mudanças do clima, e a Soluções Baseadas na Natureza (SBN) visa minimizar e subsidiar estes desafios voltados o homem e a biodiversidade. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo avaliar as estratégias implementadas pelo Poder Público da cidade de Araraquara após 2022 e analisar a incorporação do SBN às políticas locais. Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, com coleta de dados secundários. Foi constatado uma maior preocupação por parte do governo com investimentos e novas estratégias em busca de uma cidade mais resiliente após a tragédia de 2022. Todavia, é preciso um estudo minucioso para a comparação entre as políticas atuais e a SBN, mas é notável os desafios frente aos desastres climáticos recentes e avanços necessários em medidas adaptativas e alternativas tecnológicas para as cidades.

Palavras-chave: IDEB; Fatores locais; PPP; Políticas Públicas Educacionais.

*Universidade de Araraquara – Uniara – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

*Autora Correspondente: E-mail: mayrabio12@gmail.com



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Explorando o potencial da cana-de-açúcar como aliada na transição energética

Carolina Magdalena Lopasso*; Erica Cristina Anno de Carvalho Bernardo**

Resumo: No cenário atual, com o aumento do carbono (C) atmosférico devido ao uso excessivo de combustíveis fósseis, o etanol biocombustível apresenta diversas vantagens para um futuro cada vez mais ecológico. Multipotencial, sustentável e produzida em larga escala, a cana-de-açúcar emerge como uma importante alternativa que visa a diminuição do uso de fontes não renováveis de energia, contribuindo, dessa forma, para a mitigação dos avanços e impactos do aquecimento global, que é ocasionado pelo agravamento do efeito estufa.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Cana-de-açúcar; Meio ambiente; Energia.

*Estudante segundo EM Coeducar, Araraquara, São Paulo, Brasil.

**Professora Coeducar, Araraquara, São Paulo, Brasil.

*Autora Correspondente: E-mail: erica.bernardo@coeducar.com.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Governança em redes agroecológicas e seus impactos na promoção de transições sustentáveis

Tiago Gimenez Barbosa*; Joelson Gonçalves de Carvalho**

Resumo: O colapso ecológico em curso, intensificado pelo regime alimentar globalizado, revela a insustentabilidade ambiental e ética do sistema agroalimentar hegemônico. A agroecologia surge como alternativa teórico-prática, articulando saberes, territórios e processos participativos. Nesse contexto, as redes agroecológicas têm desempenhado papel central na promoção de transições sustentáveis, sendo a governança um componente estratégico para a ação coletiva, a inovação institucional e a sustentabilidade territorial. Contudo, persiste uma lacuna na compreensão dos aspectos sociais e institucionais da transição agroecológica e dos arranjos de governança em experiências agroecológicas. Esta pesquisa em andamento tem como objetivo investigar como se estruturam os processos de governança de uma rede agroecológica e como contribuem para a transição agroecológica nos territórios em que atua. Adota-se uma abordagem qualitativa, orientada por estudo de caso, com uso de entrevistas semiestruturadas, observação participante, atividades participativas e análise documental. A análise é guiada pela análise de conteúdo e pela perspectiva histórico-estrutural dialética. Busca-se compreender a governança da rede estudada à luz de sua trajetória, princípios coletivos e formas organizativas, bem como os impactos territoriais gerados. A hipótese é que os processos de governança fortalecem sua agência coletiva e sua capacidade de articular arranjos institucionais relevantes para a transição agroecológica. Pretende-se contribuir para o desenvolvimento do campo teórico da agroecologia, para o avanço de práticas participativas em redes territoriais e para a formulação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade dos sistemas alimentares.

Palavras-chave: Agroecologia; Governança; Redes; Transição Agroecológica; Sistemas Alimentares.

*Núcleo de Pesquisa e Extensão Rural (NuPER), UFSCAR, São Carlos.

**Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, UFSCAR - São Carlos/SP.

*Autor Correspondente: E-mail: tiagobarbosagimenez@gmail.com

Histórico das inundações na bacia do córrego do gregório: impactos e desafios urbanos

Keithy Juliane de Oliveira*; Leonardo Rios*; Maria Lúcia Ribeiro*

Resumo: A Bacia do Córrego do Gregório, localizada em São Carlos-SP, possui relevância significativa para o equilíbrio ambiental e o planejamento urbano da cidade. Contudo, ao longo de sua história, a região tem enfrentado desafios relacionados às inundações recorrentes, que acarretam impactos significativos na infraestrutura urbana e na qualidade de vida da população local. Este estudo busca analisar o histórico desses eventos, considerando fatores como urbanização desordenada, impermeabilização do solo e alterações climáticas. A partir da revisão de literatura e análise de dados históricos, relatos jornalísticos e estudos técnicos, identificou-se que as inundações decorrem, em grande parte, da ocupação inadequada das margens do Córrego e da insuficiência de infraestrutura de drenagem. Além disso, as mudanças climáticas e a variabilidade das precipitações contribuem para a frequência e magnitude dos eventos. A pesquisa ressalta a importância de políticas públicas integradas e sustentáveis para prevenção e controle das inundações, visando à proteção dos recursos naturais e ao bem-estar da população.

Palavras-chave: Inundações; Bacia hidrográfica; Urbanização; Gestão hídrica.

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

*Autora Correspondente: E-mail: keithy.oliveira@uniara.edu.br

Infraestrutura verde em Maringá, Paraná: biodiversidade, água e resiliência urbana na Zona O2

Marci Aparecida Lemes*; José Maria Gusman Ferraz*

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as contribuições da arborização viária urbana, com aze no estudo de caso da Zona O2 de Maringá-PR, para a promoção da biodiversidade e da sustentabilidade hídrica, considerando a arborização como infraestrutura verde estratégica no enfrentamento das mudanças climáticas. A pesquisa possui caráter exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa e base documental, integrando dados empíricos da dissertação de Lemes (2013), atualizados por documentos oficiais e estudos científicos recentes. Os métodos adotados incluíram levantamento florístico, análise da percepção ambiental dos moradores e cruzamento de informações com diretrizes normativas, como o Plano de Gestão da Arborização Urbana (PGAU). Os resultados revelam que a predominância de espécies arbóreas nativas favorece a conectividade ecológica, abriga fauna urbana e contribui para a infiltração da água, evapotranspiração e mitigação das ilhas de calor, com reflexos diretos na qualidade ambiental e no conforto térmico urbano. A arborização da Zona O2 foi identificada como exemplo replicável de infraestrutura verde multifuncional, evidenciando interações entre biodiversidade, recursos hídricos e participação cidadã. Conclui-se que a arborização viária deve ser incorporada às políticas públicas de planejamento urbano como elemento estruturante da sustentabilidade socioambiental, integrando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ao ordenamento territorial urbano.

Palavras-chave: Arborização urbana; Sustentabilidade hídrica; Biodiversidade; Infraestrutura verde; Planejamento urbano.

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

*Autora Correspondente: E-mail: advmarci@gmail.com

Jovens pelo clima: juventude, agroecologia e justiça climática nos territórios rurais

Silvani Silva*; Vera Lucia Silveira Botta Ferrante*

Resumo: O Assentamento Bela Vista do Chibarro, situado em Araraquara (SP), enfrenta desafios ambientais e socioeconômicos agravados pela expansão da monocultura de cana-de-açúcar em seu entorno. Esse cenário tem provocado impactos como alterações microclimáticas, perda de biodiversidade, ocorrência de queimadas e dificuldades para a agricultura familiar. A irregularidade das chuvas e a pressão econômica têm impulsionado agricultores à adoção de monoculturas ou ao arrendamento de terras, intensificando a dependência do agronegócio. Paralelamente, observa-se o êxodo de jovens para centros urbanos, comprometendo a renovação geracional no campo. Nesse contexto, destaca-se a atuação da Associação Pé Vermelho, fundada informalmente em 2008 por jovens do assentamento e formalizada em 2024. A entidade tem papel central na revitalização cultural e agrária, com destaque para a retomada da Festa Junina e para o protagonismo juvenil. Por meio do projeto "Jovens pelo Clima", busca-se formar lideranças engajadas com a justiça climática, promovendo práticas agroecológicas em quintais, fortalecendo a resiliência das famílias, e estimulando a sucessão rural. A iniciativa contribui para a consolidação do assentamento como um polo de resistência e sustentabilidade frente ao avanço do modelo hegemônico do agronegócio.

Palavras-chave: Juventude Rural; Agroecologia; Justiça Climática; Sucessão Rural; Assentamentos Rurais.

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

*Autora Correspondente: E-mail: silvanisilvaararaquara@gmail.com

Ruralidade e Paisagem Cultural: as festas populares no território Bela Vista

Weber Anselmo Fonseca*; Luís Antonio Barone*; Vera Lucia Silveira Botta Ferrante*

Resumo: Este trabalho investiga o processo de desaparecimento das festas populares do território rural da Bela Vista (Araraquara/SP), com ênfase no carnaval de mascarados, tendo como base a pesquisa de mestrado “Carnaval de Mascarados: fragmentos de memórias de um patrimônio imaterial no território Bela Vista do Chibarro”. A partir da história oral e de fontes documentais, foram identificadas sete manifestações culturais que desapareceram ao longo do tempo: Carnaval de Mascarados, Festa de São Gonçalo, Festa de São Judas Tadeu, Festa Junina, Folia de Reis, Catira e Serenata de Fim de Ano. O estudo propõe um entendimento do rural como espaço multifuncional e culturalmente ativo — ancorado na concepção de ruralidade de Abramovay (2000) —, rompendo com dicotomias simplificadoras. A análise considera o contexto histórico da Usina Tamoio, cuja estrutura fabril-industrial conviveu com práticas culturais enraizadas nas tradições populares. As festas, nesse cenário, emergiam como expressão comunitária de dimensão simbólica, vinculada a rituais, convivência e comensalidade. Com base em depoimentos e vestígios iconográficos, busca-se reconstruir a memória da festividade e compreender as causas do silenciamento dessas tradições, articulando temas como desterritorialização, migração e paisagem (SANTOS, 2002). O estudo reafirma a importância do reconhecimento das manifestações culturais tradicionais como elementos constituintes da biodiversidade cultural na paisagem dos territórios rurais, articulando-se como patrimônio imaterial.

Palavras-chave: Carnaval; Festa Populares; Patrimônio Imaterial; Ruralidades.

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

*AutoraCorrespondente: E-mail: weberfonseca@uol.com.br

Levantamento da avifauna no parque ecoturístico da Areia Branca (Três Fronteiras – SP): subsídios para a conservação da biodiversidade

Gilberto Antonio Luiz*; Juliano Corbi*

Resumo: O Parque Ecoturístico da Areia Branca, além de ser um local onde se pratica o Ecoturismo, possui uma extensa mata, que ultrapassa as fronteiras do Parque e assim representa uma ferramenta na conservação in locu da biodiversidade. A mata do Parque Ecoturístico da Areia Branca pertence a Mata Atlântica um dos biomas mais afetados pela ação humana e que devido a sua localização ao longo de toda região Oeste do Estado de São Paulo, Brasil, ocorre grande riqueza e ao endemismo de várias espécies faunísticas e florísticas nela viventes, a Mata Atlântica foi explorada de modo exacerbado, e hoje, dizimada, ocupa aproximadamente 7,3% de sua extensão original (Fundação SOS Mata Atlântica & Inpe 2002). Assim, conhecendo e fazendo o levantamento da avifauna no Parque Ecoturístico da Areia Branca tem grande significado para a conservação das espécies. E como objetivos específicos responder às seguintes perguntas: Quais as espécies de aves estão representadas no Parque Ecoturístico da Areia Branca (Três Fronteiras, SP)? Quais as espécies ameaçadas e/ou endêmicas estão representadas no Parque Ecoturístico da Areia Branca? Quais as espécies lacunas? O que o turismo (ocupação antrópica no local) tem contribuído ou não para a conservação das espécies? Os dados foram obtidos a partir de levantamento bibliográfico e visita ao Parque Ecoturístico da Areia Branca que foi dividido em 3 (três) partes (Norte, Sul e Intermediária), para levantamento da avifauna, em visita por 4 (quatro) vezes ao ano, permanecendo no local 4 (quatro) horas em cada área. A pesquisa utilizará o aplicativo Merlin Bird que é desenvolvido pela Cornell Lab de Ornitologia, uma instituição líder em pesquisa e conservação de aves. O aplicativo Merlin Bird ajuda os usuários a identificar aves. Será estabelecida uma base de dados contendo informações sobre a presença das espécies de aves no Parque Ecoturístico da Areia Branca Os dados serão sistematizados em planilhas, contendo informações sobre os registros de espécies, como localidade, data, referências bibliográficas e coordenadas geográficas. A pesquisa possibilitará, além dos registros, a mitigação de impactos ambientais, concernentes às espécies da avifauna levantada.

Palavras-chave: Ornitologia; Levantamento; Avifauna; Parque Ecoturístico da Areia Branca (Três Fronteiras, SP).

*Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

*Autor Correspondente: E-mail: gilbadvprof@yahoo.com.br

Levantamento da fauna herpetológica da mata Virgínia e os estados próximos, Araraquara, Tabatinga e Matão

Gabriel Febraio dos Santos*; Olavo Nardy*

Resumo: A região nordeste do Estado de São Paulo tem o encontro de 2 biomas do Brasil, o cerrado que vem do centro-oeste, e a mata atlântica do litoral, causando uma região atípica das outras, porém podemos ver uma falta de dados sobre as faunas dessa região, em princípio a Reptilia, com isso esse estudo tem como objetivo o levantamento de espécies de répteis da região, utilizando os métodos mais utilizados e confiáveis como a busca ativa de espécies e as armadilhas de queda pitfalls, que são usados em outros levantamentos de herpetofauna, para compreendermos a região de araraquara de forma e trazer dados importantes para qualquer instituição que queira trabalhar com sua conservação.

Palavras-chave: Araraquara; Diversidade; Padrões de distribuição; Herpetologia;

*Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

*Autor Correspondente: E-mail: gfsantos12@uniara.edu.br

O IPI como instrumento de estímulo ao consumo e aquisição de bens e produtos sustentáveis

Liliane Bonadio Terra*; Fernando Lopes Ferraz Elias**

Resumo: O presente trabalho investigou a utilização da tributação como instrumento de estímulo à aquisição e ao consumo de produtos e bens social e ambientalmente responsáveis, por meio de desoneração tributária. O IPI é um tributo com potencial de utilização ambiental, devido às suas características intrínsecas, quais sejam, a extrafiscalidade e seletividade. Portanto, a redução das alíquotas de IPI para produtos sustentáveis objetiva o surgimento de uma externalidade positiva, a partir da substituição dos padrões de consumo. Para tanto, a pesquisa utilizou o método indutivo, isto é, partindo-se da premissa específica do uso sustentável do IPI, chegou-se ao postulado geral da tributação ambiental no Brasil. Diante disso, constatou-se que o IPI é uma ferramenta útil e com potencial para a implementação de tributo revestido de característica ambiental, cuja finalidade é a mudança de comportamento do consumidor/contribuinte.

Palavras-chave: Tributação; Extrafiscalidade; Seletividade; Sustentabilidade.

*Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da Universidade do Estado de São Paulo (USP).

**Centro Universitário de Brasília (CEUB).

*Autora Correspondente: E-mail: liliterra@hotmail.com



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

O resgate da biodiversidade nas agroflorestas do Vale do Paraíba

Renata Egydio Carvalho*; José Maria Gusman Ferraz*; Maria Teresa Vilela Nogueira Abdo**

Resumo: As agroflorestas são sistemas sustentáveis de uso do solo, que se assemelham à dinâmica de uma floresta natural, contribuindo para a biodiversidade e sendo muito propícias para promover a conectividade entre os fragmentos florestais da Mata Atlântica, que vem se desenvolvendo no Vale do Paraíba. Foi utilizada a metodologia quali-quantitativa, com entrevistas semiestruturadas aplicadas a 10 agricultores do Assentamento Egídio Brunetto, em Lagoinha, e a 9 pequenos proprietários de São Luiz do Paraitinga, em 2024, para avaliar as percepções sobre as mudanças ocorridas após a transição para os Sistemas Agroflorestais (SAFs). Constatou-se que os agricultores que passaram pela transição agroecológica resgataram espécies que haviam desaparecido na região e perceberam mudanças nas propriedades, como o retorno de animais silvestres, o aumento de polinizadores e a melhora na cobertura e infiltração de água no solo — considerados fortes indicadores ecossistêmicos que beneficiaram tanto o ambiente quanto o produtor rural.

Palavras-chave: Resgate de alimentos tradicionais; Modelo sustentável de uso do solo; Serviços Ecossistêmicos.

*Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

**Agência Paulista de Tecnologia dos agronegócios de Pindorama.

*Autora Correspondente: E-mail: regydio.doc@gmail.com

Plantas medicinais na plataforma Youtube

Eduardo Donato Alves*; Flávia Cristina Sossae; Maria Lúcia Ribeiro**

Resumo: O conhecimento sobre plantas medicinais tem sido transmitido ao longo das gerações e parte da cultura humana desde tempos antigos. Com o avanço da internet, a forma de divulgar esse conhecimento também se transformou, atualmente muitas pessoas recorrem às redes sociais para aprender sobre o uso medicinal de plantas, o que pode gerar riscos, uma vez que as informações obtidas podem não ser precisas. O estudo analisou o conteúdo de vídeos publicados no YouTube sobre plantas medicinais e comparou as informações coletadas com informações publicadas na literatura científica, no período dos 6 últimos anos, por meio de 46 vídeos e 123 espécies mencionadas. As informações coletadas e analisadas dos conteúdos dos vídeos contemplaram: espécie mencionada, referência do princípio ativo, especificação ou restrição para consumo e modo de preparo e uso. Constatou-se que muitas informações carecem de embasamento em pesquisas, apresentando generalizações sobre benefícios terapêuticos sem investigações e referências científicas claras. A pesquisa destaca o grande interesse popular pelo tema, mas também os riscos da desinformação, especialmente quando conteúdos exploram o apelo naturalista sem orientações precisas sobre dosagens e contraindicações. Diante disso, o estudo reforça a necessidade de maior integração entre o conhecimento tradicional e acadêmico, incentivando a produção de conteúdos educativos confiáveis e acessíveis. O YouTube, apesar de ser um espaço importante para a popularização da fitoterapia, ainda carece de curadoria e educação digital para garantir que as informações compartilhadas sejam seguras e embasadas, promovendo o uso responsável das plantas medicinais na saúde da população. A partir dessas evidências é recomendado que surjam mais trabalhos de pesquisa e políticas públicas que contribuam para a atualização da lista de plantas recomendadas pelo RENISUS.

Palavras-chave: Nomes Científicos; Plantas Mediciniais.;Youtube. Redes sociais; RENISUS.

*Universidade de Araraquara - UNIARA, Araraquara/SP.

**Autor Correspondente: E-mail: redalves@uniara.edu.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Produtividade de seringueiras na américa do sul utilizando o modelo 3pg (physiological processes predicting growth)

Denise Kubilius Suyama*; Rafael Fausto Lima*; Maria Teresa Vilela Nogueira Abdo**;
Elaine Cristine Piffer Gonçalves***; Glauco De Souza Rolim*

Resumo: O sequestro de carbono na seringueira ocorre quando a árvore absorve CO₂ da atmosfera e o armazena em sua biomassa (tronco, folhas e raízes), contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. Considerar a quantidade de carbono sequestrado pode aumentar a rentabilidade do cultivo, melhorando a rentabilidade do produtor. Nesse contexto, estimativas precisas da biomassa, do carbono sequestrado e da produção de látex podem auxiliar esse aumento de rentabilidade. A aplicação de um modelo como o 3PG(Physiological Principles in Predicting Growth) permite estimar o crescimento e a produtividade da seringueira com base em dados fisiológicos, genéticos, de manejo e climáticos, como irradiância solar, temperatura e precipitação. Este estudo utilizou o modelo 3PG em linguagem Python para simular a produtividade potencial (PP) de biomassa e látex da seringueira em 7000 pontos na América do Sul, com dados climáticos mensais de 1990 a 2023 obtidos da plataforma NASA-Power. Os resultados indicaram maior PP entre 380 e 400 t ha⁻¹ em regiões com irradiância de 15-16 W/J m⁻², temperatura de 25-26 °C e precipitação anual de 2500-3000 mm, abrangendo Norte, Sul e Sudeste do Brasil e Sul da Colômbia. O segundo maior PP (350-420 t ha⁻¹) ocorreu em áreas com irradiância de 15-18 W m⁻², temperatura de 15-20 °C e precipitação de 1800-2000 mm, incluindo parte do Sudeste e Sul do Brasil e Norte da Argentina. Na Cordilheira dos Andes, a PP foi quase nula devido às condições climáticas extremas. Concluindo, o Brasil apresenta a maior área climatologicamente favorável para o cultivo da seringueira.

Palavras-chave: Rubber Tree; Modelagem mecanística; Sequestro de carbono.

*Programa de Pós-Graduação em Agronomia(Produção Vegetal), Unesp Jaboticabal.

**Apta Regional de Pindorama.

**Apta Regional de Colina.

*Autora Correspondente: E-mail: denise.suyama@unesp.br

Quintais e fragmentos de vegetação: saberes, biodiversidade e serviços ecossistêmicos nos assentamentos

Gabriela de Menezes Freitas*; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*; Guilherme Rossi Gorni*

Resumo: Os quintais produtivos presentes nos assentamentos rurais são espaços multifuncionais, onde se articulam práticas agrícolas, manutenção da biodiversidade, transmissão de saberes tradicionais e oferta de serviços ecossistêmicos. Paralelamente, os fragmentos de vegetação existentes nesses territórios cumprem papel essencial na preservação ambiental, além de fornecerem recursos e contribuírem com a dinâmica socioecológica local. Este trabalho, de caráter quali-quantitativo, tem como objetivo analisar os quintais produtivos e os fragmentos de vegetação de assentamentos rurais na região de Araraquara (SP), considerando a biodiversidade presente, os serviços ecossistêmicos oferecidos e os saberes construídos pelas famílias. Busca-se compreender as relações entre conservação ambiental, práticas agroecológicas, segurança alimentar e reprodução social, cultural e ecológica dos assentamentos. A metodologia envolve levantamento etnobotânico, observação participante, entrevistas semiestruturadas, construção de croquis dos quintais e inventário da vegetação dos fragmentos, além da análise dos serviços ecossistêmicos nas categorias de provisão, regulação, suporte e culturais. Espera-se que os resultados demonstrem como os quintais produtivos, articulados aos fragmentos de vegetação, desempenham papéis fundamentais tanto na conservação da biodiversidade quanto na construção de alternativas sustentáveis frente aos desafios impostos pelos modelos de monocultura.

Palavras-chave: Quintais produtivos; Fragmentos de vegetação; Biodiversidade; Agroecologia; Serviços ecossistêmicos.

*Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara (SP).

*Autora Correspondente: E-mail: gdmfreitas@uniara.edu.br.

XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente
Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente



Biodiversidade e Conservação





XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Desafio do marco legal do saneamento e ODS6

Helem Naara Machado da Silva*; Sanda Imaculada Maintinguero*

Resumo: A pesquisa analisa o impacto da "politicagem" no saneamento básico brasileiro, utilizando o ODS 6 da ONU e o Novo Marco Legal (Lei nº 14.026/2020) como base. O objetivo é demonstrar que, embora o Brasil tenha metas de universalização até 2033, ações políticas têm atrasado esse avanço. A metodologia utilizou um estudo de caso das três melhores cidades no ranking do Instituto Trata Brasil, analisando as ações que impulsionaram seu desenvolvimento. Observou-se que essas cidades investiram em infraestrutura e melhorias nas redes antigas, educação social para o uso consciente da água e parceria com a população e métodos de fiscalização eficientes. Por outro lado, a pesquisa identificou que a mudança no Marco Legal gerou insegurança, dificultou apoios financeiros e inviabilizou projetos. Outros obstáculos incluem resistência municipal à regionalização e à formação de blocos regionais, dificultando a garantia do controle social, a eficiência e a sustentabilidade financeira com a entrada do setor privado, além dos atrasos na adaptação do setor público às novas regras, o que aumentou o risco de redução da qualidade dos serviços com a abertura do mercado. Esses desafios resultam em atraso na universalização do saneamento, aumento da desigualdade social, impactos ambientais negativos e elevação dos custos sociais e econômicos. A pesquisa conclui que a superação desses entraves políticos é crucial para alcançar as metas de saneamento no Brasil.

Palavras-chave: Universalização; Água tratada; Esgotamento sanitário; Tratamento de esgoto.

*Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara (SP).

*Autora Correspondente: E-mail:helemnaara@gmail.com

Índices socioeconômicos e o desmatamento de florestas tropicais

Marcos Henrique Rodrigues Oliveira*; Márcio Leite Oliveira*

Resumo: As florestas tropicais abrigam cerca de metade de todas as espécies conhecidas do planeta. No entanto, essas florestas estão sendo perdidas em ritmo acelerado, e o desmatamento representa uma ameaça não apenas à biodiversidade, mas também às populações humanas que dependem desses ecossistemas. Este trabalho tem como objetivo analisar, em escala global, a relação entre indicadores socioeconômicos subnacionais e a perda de cobertura florestal em períodos posteriores à mensuração desses indicadores. Além disso, busca-se compreender os efeitos sociais do desmatamento, associando a perda florestal às mudanças subsequentes nos indicadores socioeconômicos. Até o momento, foram coletados dados de 234 áreas de estudo, com raio de 100 km, e processados mapas de uso e cobertura do solo (ano 2000) e de desmatamento (2001–2016), binarizando os pixels para análise. Os próximos passos incluem a extração da área de habitat original e a quantificação da área desmatada para cálculo da porcentagem de perda florestal, que será então relacionada aos indicadores socioeconômicos, com o intuito de identificar os principais

Palavras-chave: Desenvolvimento social; Desmatamento; Florestas; Uso do solo.

*Universidade de Araraquara (SP).

*Autor Correspondente: E-mail: marcosh441@gmail.com

PNAE em foco: A Roda Viva de avanços e retrocessos na gestão municipal

Eliane de Almeida*; Vera Lucia Silveira Botta Ferrante*

Resumo: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política pública implementada em todos os municípios brasileiros através do repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) combinado com ações executadas pelos gestores municipais. Neste contexto, discute-se as mudanças e o possível desmonte da política pública a partir de sua trajetória, assumidas por ações e estratégias adotadas pelo governo municipal. Como marco inicial da trajetória optou-se pela Lei 11947/2009, a qual contribuiu para o cumprimento mais efetivo das diretrizes da alimentação escolar. A análise da trajetória consiste em estudo de caso em dois municípios do interior paulista: Brotas e Torrinha. A metodologia utilizada na construção do estudo engloba levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e fonte documental. Os resultados mostram uma contradição: enfraquecimento e fortalecimento do programa mesmo em momentos de crise, originários da atuação dos gestores vinculada às escolhas que ocorrem a cada mandato. A adaptação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante as trocas de gestão municipal e em meio à pandemia da covid-19 favoreceu o desmonte da política pública.

Palavras-chave: PNAE; Política Pública; Gestão Municipal.

*Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara (SP).

*Autora Correspondente: E-mail: elianeada@yahoo.com.br

A Palmeira Juçara (*Euterpe edulis martius*): potencial de uso sustentável e conservação da mata atlântica no entorno do Parque Estadual Da Serra do Mar Em Ubatuba – SP

Augusto Paschoalino*; Helena Carvalho de Lorenzo*; Alessandra Santos Nascimento*

Resumo: A *Euterpe edulis Martius*, conhecida como palmeira juçara, é uma espécie nativa da Mata Atlântica com relevante papel ecológico e histórico de exploração predatória, especialmente para a extração de palmito. Recentemente, iniciativas comunitárias e institucionais têm promovido o uso sustentável da espécie, com foco na produção da polpa de seus frutos como alternativa ao palmito e como estratégia de conservação. Este trabalho tem como objetivo geral mapear o circuito produtivo da polpa do fruto da juçara no município de Ubatuba – SP, especialmente no entorno do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, identificando os agentes sociais envolvidos, os arranjos institucionais, as práticas produtivas, os impactos socioeconômicos e as implicações ambientais. A metodologia será interdisciplinar, com aplicação de entrevistas semiestruturadas, observação participante e pesquisa documental. O estudo contribuirá para o fortalecimento de estratégias de sustentabilidade socioambiental e para a valorização dos saberes e práticas tradicionais em territórios caiçaras e quilombolas.

Palavras-chave: *Euterpe edulis*; Polpa de juçara; Circuito produtivo; Comunidades tradicionais; Mata Atlântica.

*Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara (SP).

*Autor Correspondente: E-mail: augusto.paschoalino@gmail.com

O bioma Cerrado em área de afloramento do Aquífero Guarani no Estado de São Paulo: proteção legal e percepções sobre sua efetividade

Marie Madeleine Hutyra de Paula Lima*; José Maria Gusman Ferraz*; Nemésio Neves Batista Salvador*

Resumo: Questão transversal na pesquisa é a proteção legal do bioma Cerrado e áreas de transição e sua sobreposição com o Aquífero Guarani, numa visão interdisciplinar de direito ambiental, desenvolvimento sustentável e externalidades das atividades econômicas. Será feito levantamento da legislação sobre o tema, sua análise integrativa e avaliação de percepção sobre a efetividade das leis por pessoas selecionadas por amostragem de municípios estudados. A região é a proposta para criação de “Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM) do Sistema Aquífero Guarani (SAG) no Estado de São Paulo”, que não teve seguimento. O universo amostral contemplou municípios com predomínio do Cerrado e também localizados na APRM: a) integralmente, ou b) acima de 80% e também associado com elevado uso das águas do Guarani. O objetivo principal é aprimorar a base jurídica para a proteção do Cerrado e transição na área de afloramento do Aquífero no Estado, em sua relação com o ciclo hidrológico. Os objetivos específicos são analisar a legislação sobre a proteção do Cerrado e das águas subterrâneas do Guarani e avaliar a percepção de sua efetividade na conservação do bioma. Busca comprovar a hipótese de que a legislação existente é efetiva para proteger o bioma Cerrado e o aquífero Guarani e que existe uma percepção real do problema. Pretende integrar à exigência de uso racional das águas também o uso sustentável segundo o princípio do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Cerrado; Aquífero Guarani; Legislação; Efetividade; Desenvolvimento sustentável.

*Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, Universidade de Araraquara (SP).

*Autora Correspondente: E-mail: hutyrailima@uol.com.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

A presença da Mata Atlântica: conservação e educação ambiental no contexto

Natália Estevam Gomes Mamede*; Bianca da Silva Santos*; Davi Quirino Menezes de Moura*;
Thaís Emanuely Dias Longhini*; Maria Ângela Ceribelli Cardoso*;
Juliana Gonçalves Martins da Silva*

Resumo: O município de Catanduva/SP, onde se localiza a EMEF Profa Darci Helena Delgado Januário, possui o equivalente a 1,85% da cobertura original de Mata Atlântica no território municipal (aquitemmata.org.br, 26 de novembro de 2024). Sendo o bioma mais desmatado do Brasil, a preocupação com os fragmentos ainda restantes é real. O presente projeto promoveu ações de conservação e educação ambiental em contexto local. Para o Ensino Fundamental I, foram realizados seminários sobre o bioma e representação da flora e fauna usando materiais recicláveis. Para o Ensino Fundamental II, foram realizados seminários sobre o bioma, visita à Agrofloresta Reluz, representação da biodiversidade por meio de desenhos, discussão da interação humana com a mata por meio do conhecimento dos ciclos de sua destruição ao longo da história, discussão de iniciativas que contribuam para restabelecer o equilíbrio ambiental (por meio de atitudes cotidianas que possam ser replicadas em ambiente escolar e familiar) e produção de cordéis sobre a Mata Atlântica. Para a conclusão do projeto, foram escolhidos os melhores desenhos e cordéis para recebimento de prêmios simbólicos e foi feita uma exposição dos trabalhos desenvolvidos, aberta ao público, que aconteceu na escola no dia 30 de maio de 2025, como comemoração ao dia da Mata Atlântica. Para maior impacto das ações do projeto, foi elaborado um texto, que foi aprovado, propondo para Secretaria Municipal de Educação a instauração da Semana da Mata Atlântica na rede municipal de ensino, que aconteceu entre os dias 26 e 30 de maio.

Palavras-chave: Mata Atlântica; Educação ambiental; Agrofloresta; Biodiversidade.

*EMEF Profa. Darci Helena Delgado Januário, Secretaria Municipal de Educação, Catanduva / SP.

*Autora Correspondente: E-mail: nataliaeg@gmail.com

Caracterização da atividade de caça no Brasil

Nádia Gabriela Silva*; Márcio Leite Oliveira*

Resumo: Compreender a prática da caça no Brasil é essencial para avaliar seus impactos ambientais, sociais e econômicos. Essa atividade é historicamente importante para comunidades locais, sendo fonte de alimento e renda. Contudo, a caça ilegal representa uma ameaça significativa ao equilíbrio ecológico, contribuindo para a propagação de doenças zoonóticas e a perda de espécies nativas, afetando até áreas legalmente protegidas. A compreensão aprofundada dessa prática é essencial para mitigar seus impactos, subsidiar políticas públicas eficazes e desenvolver estratégias de conservação. Este trabalho tem como objetivo caracterizar a caça ilegal no Brasil, identificando os períodos do ano e as localidades onde o crime é mais frequente, bem como as espécies mais afetadas. A coleta de dados está sendo realizada por meio de análise de notícias publicadas on-line, encontradas por meio da plataforma Google Notícias. As informações extraídas incluem locais, datas e espécies caçadas. Serão realizadas análises de padrão temporal por meio de densidade Kernel e mapeamento dos números de ocorrência por região do Brasil, ponderados pela densidade demográfica. Até o momento, foram analisadas 110 notícias de caça ilegal no Brasil, sendo que os dados preliminares indicam um aumento na prática dessa atividade de 2011 a 2025, com especial incremento a partir de 2018. A análise espacial sugere que a região Centro-Oeste é onde ocorre mais caça ilegal. Os resultados fornecerão dados sistematizados para apoiar políticas públicas, estratégias de fiscalização e ações de conservação, contribuindo para mitigar os impactos da caça sobre a biodiversidade brasileira.

Palavras-chave: Caça; Conservação, Google notícias.

*Universidade de Araraquara (SP).

*Autora Correspondente: E-mail: ngsilval@uniara.edu.br

Migração, fazendas de café, patrimônio arquitetônico e desenvolvimento econômico em Campos Gerais (1910-2025)

Ronaldo de Carvalho Oliveira*; Flávia Cristina Sossea*; Oriowaldo Queda*

Resumo: A compreensão da dinâmica econômica do cultivo de café na região do Sul de Minas no século XXI demanda uma análise histórica que evidencie a influência dos migrantes italianos na formação das primeiras lavouras cafeeiras. Esses imigrantes desempenharam papel central na implantação de fazendas de café, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento econômico regional. Além do impacto econômico, sua presença deixou um legado cultural relevante, perceptível na arquitetura neoclássica da Mata de Santa Catarina, considerada uma das pioneiras na produção cafeeira em larga escala na região. No município de Campos Gerais, a chegada de famílias italianas ocorreu após sua instalação em outras áreas do Sul de Minas, no final do século XIX, consolidando-se no início do século XX, quando fundaram as primeiras lavouras e moradias. Este estudo busca traçar a trajetória do desenvolvimento do cultivo de café na região, que anteriormente era predominantemente composta por pastagens e plantações de cana-de-açúcar voltadas ao mercado interno. A introdução da cultura cafeeira pelos imigrantes italianos possibilitou sua adaptação ao clima local, caracterizado por altitudes elevadas e vegetação de cerrado. A pesquisa será conduzida por meio de entrevistas com descendentes de italianos envolvidos na produção cafeeira, com foco na recuperação do saber tradicional transmitido pelos antepassados. A abordagem metodológica será qualitativa, priorizando a coleta de narrativas e memórias. Assim, pretende-se verificar a hipótese de que a presença italiana foi fundamental na implantação, expansão econômica e crescimento populacional de Campos Gerais, contribuindo significativamente para a história do cultivo de café na região do Sul de Minas.

Palavras-chave: Migração italiana; Patrimônio; Fazendas de café; Desenvolvimento.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autor Correspondente: E-mail: rdcoliveira@uniara.edu.br



Mastofauna do município Araraquara-SP

Mariane Marques*; Guilherme Rossi Gorni*; Maria Lúcia Ribeiro*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a mastofauna presente no município de Araraquara-SP. Foram obtidos os dados da gestão de fauna municipal, referentes ao período de janeiro de 2016 a setembro de 2024, registrando-se 43 espécies, pertencentes a 20 famílias e 9 ordens. A ordem Carnívora é a mais diversa, com 5 famílias e 14 espécies. A ordem *Didelphimorphia* é representada por uma família, a *Didelphidae*, com três espécies de cuícas e duas de gambás, com destaque para *Didelphis albiventris*, adaptada às áreas urbanas. Da superordem *Xenarthra* foram listadas as ordens *Cingulata*, com duas espécies de tatus, e *Pilosa*, com duas espécies de tamanduás. A ordem *Primates* é representada por quatro famílias e cinco espécies, entre elas *Callithrix jacchus*, nativa do Brasil, mas exótica no município. A ordem *Lagomorpha* apresenta duas espécies, sendo *Lepus europaeus* exótica no país. A ordem *Chiroptera* é composta por seis espécies de morcegos; a ordem *Cetartiodactyla* é representada por *Subulo gouazoubira*; e a ordem *Rodentia* por seis espécies. Foram listadas espécies com algum grau de ameaça pela IUCN, como *Myrmecophaga tridactyla*, *Chrysocyon brachyurus* e *Leopardus guttulus*.

Palavras-chave: Biodiversidade; Fauna; Vertebrados; *Mammalia*.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autora Correspondente: E-mail: mari.mqs07@gmail.com



Assentamento Monte Alegre (Araraquara/SP): consequências socioambientais do uso de agrotóxicos

Elisa Racy Carlini*; Vera L. S. Botta Ferrante*; José Maria Gusman Ferraz*

Resumo: A intensificação do uso de agrotóxicos na agricultura em larga escala no Brasil tem levantado preocupações crescentes de cientistas e grupos socioambientalistas sobre seus impactos negativos na saúde humana e no meio ambiente, principalmente em regiões de monocultura. Este estudo, de abordagem sociológica rural e natureza qualitativa, investiga a relação entre a exposição a essas substâncias e a saúde em um assentamento rural de Araraquara (SP), área historicamente marcada por monocultivos. O objetivo é desvendar os impactos territoriais do uso de agrotóxicos e fornecer informações para a criação de políticas públicas que minimizem os danos causados pelo emprego desses venenos. A pesquisa adota uma análise diacrônica, abrangendo o período de 1985 a 2024, e utiliza diversas técnicas de coleta de dados, como observação participativa e não-participativa, diário de campo e pesquisa documental. A análise dos dados une conceitos geográficos e sociológicos, com o suporte de informações secundárias da saúde pública.

Palavras-chave: Agrotóxicos; Agricultura industrial; Saúde pública; Soberania alimentar.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autora Correspondente: E-mail: elisaracy@hotmail.com

Diagnóstico Socioambiental no Assentamento Monte Alegre

André Luiz do Amaral*; Flávia Cristina Sossae*; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*;
Lorena Brandão Nunziato de Souza*

Resumo: O presente projeto pretende dar continuidade à discussão dos assentamentos rurais em São Paulo, tendo em vista a trajetória de pesquisa que o Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR) tem junto aos assentamentos rurais de São Paulo há mais de 30 anos, em projetos que vêm sendo apoiados pelo CNPq. O Assentamento Monte Alegre, detentor de muitos recursos hídricos superficiais, se mostra um importante ponto turístico em decorrência das cachoeiras existentes, além de rotas para ciclistas, devido ao contato com a natureza. A finalidade desse trabalho é realizar uma análise ambiental nos trechos hídricos e entorno, onde ocorrem a circulação de pessoas e acúmulo de visitantes que visam o lazer, além de entender a percepção dos moradores acerca dos impactos socioambientais e benefícios (exploração comercial, por exemplo) que a prática turística traz ao assentamento. Para a análise ambiental será realizada a metodologia conhecida como PARs (Protocolo de Avaliação Rápida), (CALLISTO *et al.*, 2002) e (SARDINHA *et al.*, 2007). Em relação à percepção de impactos e benefícios que o turismo gera aos moradores será aplicada pesquisa de natureza exploratória/descritiva, estruturada a partir de pesquisas qualitativas que permitem a realização de entrevistas com a utilização de um roteiro de perguntas. Deste modo será permitido ao pesquisador classificar os corpos d'água e seu entorno no que diz respeito à qualidade ambiental nos pontos em que ocorrem as práticas de lazer, além de obter respostas e proporcionar uma discussão que permita ao pesquisador sugerir práticas que minimizem o impacto social dessa prática.

Palavras-chave: Turismo; Assentamentos; Ambiental.

*Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autor Correspondente: E-mail: aldamaral@uniara.edu.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Contribuições do turismo de eventos para o desenvolvimento sustentável

André Eduardo Silveira Mazaron*; Janaina Florinda Ferri Cintrão*

Resumo: O turismo de eventos se destaca por movimentar a economia local, valorizar a cultura e contribuir para o desenvolvimento sustentável, além da circulação de pessoas e fortalecer a identidade dos territórios. Essas contribuições vêm a partir da inter-relação de diversos setores como hotelaria, alimentação, transporte, comércio e serviços, além da geração de empregos de forma direta e indireta (estimulando pequenos e grandes negócios). O trabalho analisa sua relação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, com foco nas metas 8.9 e 12.b, evidenciando seu potencial em promover empregos, cultura e valorização da comunidade receptora. Quando bem planejado, o turismo de eventos promove inclusão social, movimenta a economia regional e fortalece práticas responsáveis alinhadas aos pilares ambiental, social e econômico.

Palavras-chave: Turismo Sustentável; Turismo de Eventos; Desenvolvimento Territorial.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autor Correspondente: E-mail: mazaron@gmail.com

Biodiversidade e água: interconexões para uma gestão resiliente no território do interior paulista

Luciano Alves Gimenez*; Henrique Carmona Duval*

Resumo: Este estudo discute as interconexões entre biodiversidade e recursos hídricos para a construção de uma gestão ambiental resiliente no território do interior paulista, abrangendo os municípios de Franca e Araraquara. Por meio de revisão bibliográfica e análise de experiências locais documentadas, identificam-se os principais desafios e oportunidades para a manutenção dos ecossistemas aquáticos e terrestres locais, enfatizando práticas sustentáveis e políticas públicas integradas. Os resultados apontam para a necessidade de estratégias que reconheçam a interdependência entre a diversidade biológica e a qualidade da água, para o aumento da resiliência socioambiental e o desenvolvimento territorial sustentável. Conclui-se que o fortalecimento de redes colaborativas e o investimento em educação ambiental são fundamentais para garantir a conservação dos recursos naturais na região.

Palavras-chave: Biodiversidade; Recursos Hídricos; Gestão Resiliente; Desenvolvimento Territorial; Interior Paulista.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autor Correspondente: E-mail: lagimenez@uniara.edu.br



XIV Fórum Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente Biodiversidade e Água: Interconexões para uma Gestão Resiliente

Restauração ambiental com sistema agroflorestal e ganhos socioambientais gerados

Maria Teresa Vilela Nogueira Abdo*; Renata Egydio Carvalho**; José Maria Gusman Ferraz**;
Denise Kubilius Suyama***; Regina Iglezias***; Natalia Estevam Gomes Mamede****

Resumo: Sistemas agroflorestais têm sido implantados como técnica para restauração ambiental, uma vez que o plantio consorciado com árvores é sustentável e reúne os benefícios do aumento da biodiversidade de fauna e flora, da proteção do solo e da água, aliados ao cultivo de espécies produtivas que podem gerar ao produtor um ganho econômico nessas áreas. Diante do passivo ambiental do estado de São Paulo a ser restaurado para atender à legislação vigente, esses plantios tornam-se ainda mais atrativos. Aqui é apresentado um sistema agroflorestal implantado na Estância Reluz, em 2023, com espécies nativas, banana e macaúba, em uma área de 1,5 hectare. A instalação do sistema agroflorestal foi financiada pelo FEHIDRO (Fundo Estadual de Recursos Hídricos) e, após sua implementação, tornou-se uma área-modelo, possibilitando inclusive a parceria com uma escola e a participação em um projeto de visitação de alunos do Ensino Fundamental II da EMEF Professora Darci Helena Delgado Januário, do município de Catanduva. Esse plantio, a mudança na paisagem decorrente de sua implantação e as novas relações de exploração que surgiram demonstram que os sistemas agroflorestais podem ser utilizados como ferramenta na construção de um território mais sustentável, aplicável em diversas situações.

Palavras-chave: Biodiversidade; Recursos Hídricos; Gestão Resiliente; Desenvolvimento Territorial; Interior Paulista.

*APTA REGIONAL de Pindorama/SP.

**Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

***CAPIN - Centro de Estudos Agroambientais Pindorama/SP.

****Secretaria Municipal de Educação de Catanduva/SP.

*Autora Correspondente: E-mail: maria.nogueira@sp.gov.br

Tendências e lacunas na pesquisa sobre biodiversidade urbana e serviços ecossistêmicos no Brasil

Keila Camila da Silva* ; Ricardo Kutschinsky Bastos** ; Jefferson Cesar Padrin Filho***

Resumo: Este trabalho apresenta uma análise crítica de nove artigos científicos que investigam a biodiversidade urbana sob diferentes abordagens metodológicas e temáticas. Os estudos foram agrupados por similaridade metodológica em cinco categorias principais: amostragem ecológica de fauna, inventários florísticos e revisões sistemáticas, análises socioambientais com geotecnologias, ciência cidadã e abordagens qualitativas voltadas à governança ambiental e ao planejamento urbano. A partir dessa organização, identificaram-se tendências relevantes da pesquisa atual, como o foco crescente na biodiversidade funcional, a valorização da infraestrutura verde urbana, o uso de plataformas digitais participativas e a incorporação de aspectos ligados à justiça ambiental. Também foram observadas lacunas significativas, incluindo a ausência de estudos multiescalares e longitudinais, a limitada articulação entre biodiversidade e saúde pública, e a escassez de avaliações sobre a implementação e os resultados de políticas públicas existentes. Conclui-se que, embora a pesquisa em biodiversidade urbana esteja em expansão no Brasil e em países tropicais, ainda é necessário avançar em estratégias mais integradas entre ciência, políticas públicas e participação social. Essa articulação é essencial para promover soluções sustentáveis, resilientes e equitativas nas cidades frente aos desafios da urbanização e das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Biodiversidade urbana; Governança socioambiental; Serviços ecossistêmicos.

*Prefeitura Municipal de Dois Córregos – Coordenadoria de Meio Ambiente, Biodiversidade e Proteção Animal. Dois Córregos, São Paulo, Brasil.

**Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) Universidade do Oeste Paulista.

***Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Dois Córregos, São Paulo, Brasil.

*Autora Correspondente: E-mail: kutschinsky@outlook.com

Riscos zoonóticos associados ao cachorro-do-mato: ameaças à saúde pública e desafios para a conservação

Ana Rúbia Lamellas Rocha*; Laura Náthaly Travensolo do Couto*;
Maria Luiza Aiello*; Daiane Raimundo de Barros*; Guilherme Rossi Gorni*

Resumo: Os mamíferos desempenham papéis essenciais nos ecossistemas, atuando em diversas bases da cadeia alimentar, além de atuarem como polinizadores e dispersores de sementes. O cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), canídeo nativo da América do Sul, destaca-se por sua ampla distribuição nos biomas brasileiros e por sua importância ecológica na dispersão de sementes. Classificado como menos preocupante na lista de risco de extinção, esta espécie enfrenta ameaças relacionadas à exposição a patógenos provenientes de animais domésticos, especialmente em áreas urbanas e periurbanas. A modificação antrópica do ambiente, por meio da urbanização, agricultura e construção de hidrelétricas, promove a fragmentação e destruição de habitats, agravando a conservação da espécie e dos biomas brasileiros. Além disso, o desmatamento e as queimadas intensificam a perda de habitats. Do ponto de vista epidemiológico, doenças zoonóticas como leishmaniose, raiva e leptospirose apresentam riscos significativos para a saúde pública e para a conservação da fauna. A atuação do *C. thous* como potencial reservatório/veículo dessas doenças reforça a necessidade do monitoramento e manejo integrados. Este contexto destaca a importância de estudos contínuos que articulem conservação, gestão ambiental e vigilância epidemiológica, visando o equilíbrio ecológico e a proteção da saúde humana e animal.

Palavras-chave: *Cerdocyon thous*; Conservação ambiental; Doenças zoonóticas; Zoonose.

*Centro de Estudos Ambientais (CEAM), Universidade de Araraquara - Uniara.

*Autora Correspondente: E-mail: arlrocha@uniara.edu.br



A Raiva como Doença Zoonótica: uma análise epidemiológica e estratégias de Controle

Maria Luiza Aiello*; Daiane Raimundo de Barros*; Guilherme Rossi Gorni*

Resumo: A raiva é uma enfermidade conhecida há mais de quatro mil anos, considerada a primeira doença transmissível de animais para humanos. Trata-se de uma zoonose viral causada pelo vírus do gênero *Lyssavirus*, da família *Rhabdoviridae*, que acomete todos os mamíferos, provocando encefalomielite aguda com letalidade de 100%. A Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) classifica a raiva como enfermidade comum a várias espécies, sendo os cães os principais transmissores, especialmente na África e Ásia. Presente em quase todos os continentes, exceto Oceania e Antártica, o vírus destaca-se por sua adaptação a diferentes reservatórios. Esta revisão narrativa foi elaborada a partir de buscas no Google Acadêmico, Scielo e CAPES, priorizando artigos recentes e livros de referência. Os resultados indicam que a transmissão ocorre pela saliva de animais infectados, por mordidas ou contato com mucosas. O vírus possui baixa resistência ambiental, sendo rapidamente inativado. Clinicamente, manifesta-se com sinais neurológicos progressivos, em formas furiosa e paralítica. O diagnóstico é confirmado por testes laboratoriais, como a imunofluorescência direta. A profilaxia envolve vacinação anual de cães e gatos, controle populacional, educação sanitária e profilaxia pós-exposição em humanos. Apesar da redução da raiva urbana no Brasil, a forma silvestre continua sendo desafio epidemiológico, exigindo vigilância contínua e integração entre saúde pública e medicina veterinária.

Palavras-chave: Raiva; Zoonose; *Rhabdoviridae*; Morcegos.

*Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autor Correspondente: E-mail: maluaiello26@gmail.com



Toxoplasmose em Primatas Neotropicais não humanos

Laura Náthaly Traversolo do Couto*; Ana Rúbia Lamellas Rocha*; Maria Luiza Aiello*;
Gabriel Feloni Martins do Rosário*; Guilherme Rossi Gorni*

Resumo: Os primatas têm papel imprescindível no eco equilíbrio dos habitats onde vivem, principalmente na dinâmica das comunidades vegetais. Espécies Neotropicais como Saguís, Macacos- Prego, Macacos-Aranha, Micos e Bugios, que são frugívoras e folívoras, atuam como dispersores de sementes, contribuindo para a manutenção da biodiversidade. Apesar dessa relevância, esses animais enfrentam ameaças progressivas, mormente a perda e fragmentação de habitat. O desmatamento e o avanço urbano reduzem a disponibilidade de recursos vitais e aumentam o contato entre fauna silvestre, doméstica e humana, favorecendo a transmissão de doenças. A toxoplasmose, causada pelo protozoário *Toxoplasma gondii*, é uma das doenças mais preocupantes nesse contexto. Esta apresenta alta taxa de mortalidade entre primatas humanos e não humanos, e surtos são frequentemente registrados em zoológicos, criadouros e áreas urbanas. Os felídeos, hospedeiros definitivos do parasita, disseminam os oocistos infectantes no ambiente, e a presença de gatos domésticos errantes próximos a fragmentos florestais ativa um alerta epidemiológico. Por seu caráter zoonótico, a toxoplasmose ameaça tanto a vida silvestre quanto a saúde pública, a infecção de primatas evidencia ainda fragilidade das políticas de manejo ambiental e sanitário. Assim, estudos que investigam a transmissão da enfermidade em áreas fragmentadas são de suma importância para proteção e conservação de todos os mamíferos sujeitos.

Palavras-chave: Primatas Neotropicais; Toxoplasmose; Zoonoses; Conservação ambiental.

*Centro de Estudos Ambientais (CEAM), Universidade de Araraquara - Uniara.

*Autora Correspondente: E-mail: ntcouto@uniara.edu.br

A formação da legislação sobre créditos de carbono e suas implicações futuras

Bruno Henrique Guedes Rocha; Caroline Luana Bernini Paião Emer*

Resumo: O presente trabalho científico visa examinar o panorama legal da regulamentação da geração de carbono e sua conversão em um sistema de créditos com o intuito de mitigar os efeitos das ações humanas no clima, evitando o aumento da temperatura mundial. Para isso, foi feita uma análise do acordo de Paris, das últimas COP e da lei 15.042/2024, que mostram em quais compromissos o Brasil se envolveu e ratificou no sentido de trazer impacto positivo para o mundo e reduzir emissões. A análise busca demonstrar a conexão entre a realidade e os fatos sociais com o direito e, ainda, expor como o direito pode ser uma ferramenta de mudança em todas as áreas, incluindo a ambiental, podendo ser usado como fonte de compromisso entre partes e países para atingir objetivos favoráveis ao planeta como um todo.

Palavras-chave: Efeito-estufa; Mudanças climáticas; Legislação ambiental; Créditos de carbono; Acordos internacionais.

*Centro Universitário Bauruense (UNIESB), Bauru/SP.

*Autor Correspondente: E-mail: brunorocha@live.it

Turismo rural e os direitos dos trabalhadores do campo: entre o fomento econômico e a proteção social

Janaina Guimarães Mansilia*

Resumo: O turismo rural tem se consolidado como importante fator de desenvolvimento econômico em áreas do campo, promovendo a valorização cultural, o empreendedorismo local e a diversificação da renda nas propriedades rurais. Contudo, a expansão dessa atividade traz desafios relevantes à proteção dos direitos dos trabalhadores rurais, especialmente no que se refere à formalização contratual, condições dignas de trabalho, saúde e segurança no ambiente rural, além do reconhecimento da pluralidade de vínculos existentes nessas atividades híbridas entre o rural e o turístico. Este trabalho tem como objetivo analisar os impactos do turismo rural nas relações laborais do campo, à luz da legislação brasileira, com foco nos direitos trabalhistas desses profissionais. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica e análise normativa. Conclui-se que, embora o turismo rural seja uma oportunidade promissora para o desenvolvimento local, a ausência de regulamentações específicas e o desconhecimento de direitos por parte dos trabalhadores ainda representam obstáculos à efetivação da justiça social no meio rural.

Palavras-chave: Turismo rural; Direito do trabalho; Trabalhador rural; Desenvolvimento local.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autora Correspondente: E-mail: jgmansilia@uniara.edu.br

Cidadania ambiental e legislação urbanística: a adaptação climática em municípios brasileiros e os direitos das populações vulnerabilizadas

Beatriz Leal de Carvalho*; Helena Carvalho De Lorenzo*; Alessandra Santos Nascimento*

Resumo: O projeto de pesquisa visa analisar como o reconhecimento de cidadania ambiental pode contribuir para a reestruturação de normativas urbanísticas, pensando a formulação de políticas públicas adaptativas à crise climática com enfoque em populações vulnerabilizadas. As mudanças climáticas e os efeitos acentuados sobre as populações vulneráveis, cada vez mais frequentes em decorrência de fenômenos climáticos extremos, têm sido negligenciados no planejamento urbano, especialmente no Brasil e em diversos países do Sul Global. Essa lacuna nas políticas públicas é exacerbada pela falta de um reconhecimento formal da cidadania ambiental, apesar dos Artigos 1o, 5o, 6o, 182o e 225o da Constituição Federal, deixando-os sem efetivação prática. O objetivo geral é investigar como a integração desse conceito nas normativas urbanísticas pode promover uma adaptação mais justa e sustentável dos municípios. A metodologia adotada é qualitativa, baseada em estudos de caso de municípios com alta vulnerabilidade climática selecionados no Brasil e, dentro deles, de territórios periféricos com populações vulneráveis no estado de São Paulo. A coleta de dados será feita por revisão de literatura, análise documental e entrevistas com gestores públicos, especialistas e sociedade civil. A análise dos dados será realizada por meio da análise de conteúdo temática, identificando lacunas nas políticas existentes e propondo diretrizes para a adaptação urbana inclusiva. Os resultados serão discutidos à luz de teorias da justiça climática, visando a criação de políticas públicas que integrem a proteção dessas populações, buscando garantir o que está disposto na Constituição.

Palavras-chave: Sustentabilidade Urbana; Governança Climática; Crise socioambiental; Direitos. Políticas Públicas Ambientais.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autora Correspondente: E-mail: bldcarvalho@uniara.edu.br

Direito constitucional e o tripé da sustentabilidade: fundamentos, tensões e possibilidades

Guilherme Pereira Vieira Denegai*; Guilherme Rossi Gorni*

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar a interação entre os pilares do desenvolvimento sustentável – ambiental, social e econômico – e os fundamentos do Direito Constitucional brasileiro. A pesquisa busca compreender como a Constituição lida com as questões relacionadas ao meio ambiente, ao desenvolvimento comunitário e ao progresso econômico, por meio de uma análise hermenêutica e exegética dos textos constitucionais pertinentes, além do estudo de normas infraconstitucionais e jurisprudências que definem, regulamentam ou expandem essas disposições constitucionais. O projeto propõe a análise das interseções entre a Constituição e os três pilares do desenvolvimento sustentável, destacando os conflitos entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, bem como o papel do interesse social na mediação dessas tensões. Serão abordadas as possibilidades de aprimoramento da eficiência na preservação ambiental e no desenvolvimento econômico, considerando ajustes normativos e práticas que conciliam tais objetivos. Além disso, a pesquisa examinará as implicações jurídicas, sociais e econômicas decorrentes dessas interações, contribuindo para o debate sobre sustentabilidade à luz dos princípios constitucionais.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Direito constitucional; Meio Ambiente; Desenvolvimento Econômico. Justiça.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autor Correspondente: E-mail: gpvieiral@uniara.edu.br

Direito constitucional e o tripé da sustentabilidade: fundamentos, tensões e possibilidades

Guilherme Pereira Vieira Denegai*; Guilherme Rossi Gorni*

Resumo: Este artigo tem como objetivo investigar a interação entre os pilares do desenvolvimento sustentável – ambiental, social e econômico – e os fundamentos do Direito Constitucional brasileiro. A pesquisa busca compreender como a Constituição lida com as questões relacionadas ao meio ambiente, ao desenvolvimento comunitário e ao progresso econômico, por meio de uma análise hermenêutica e exegética dos textos constitucionais pertinentes, além do estudo de normas infraconstitucionais e jurisprudências que definem, regulamentam ou expandem essas disposições constitucionais. O projeto propõe a análise das interseções entre a Constituição e os três pilares do desenvolvimento sustentável, destacando os conflitos entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, bem como o papel do interesse social na mediação dessas tensões. Serão abordadas as possibilidades de aprimoramento da eficiência na preservação ambiental e no desenvolvimento econômico, considerando ajustes normativos e práticas que conciliam tais objetivos. Além disso, a pesquisa examinará as implicações jurídicas, sociais e econômicas decorrentes dessas interações, contribuindo para o debate sobre sustentabilidade à luz dos princípios constitucionais.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Direito constitucional; Meio Ambiente; Desenvolvimento Econômico. Justiça.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autor Correspondente: E-mail: gpvieiral@uniara.edu.br

Transmissão e sucessão de terras aos herdeiros nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo: fundamentos jurídicos e desafios na regularização

Ana Laura Pavan*; Luis Antonio Barone*; Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante*

Resumo: O presente anteprojeto de pesquisa tem como objetivo analisar os processos de transmissão de lotes nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo, destacando os conflitos entre a legislação vigente e a prática da sucessão familiar. A pesquisa buscará compreender como ocorre a herança dos lotes dentro dos assentamentos, uma vez que a legislação impede a comercialização, mas permite a sucessão. O problema de pesquisa consiste em investigar o destino das terras quando o herdeiro não reside nem trabalha no assentamento. Especificamente, buscará examinar a legislação vigente sobre posse e sucessão fundiária nos assentamentos rurais, identificar os principais desafios enfrentados pelos herdeiros na regularização da posse dos lotes, investigar as estratégias adotadas pelos assentados para viabilizar a sucessão da terra diante das restrições legais e avaliar as implicações econômicas e sociais da impossibilidade de comercialização dos lotes herdados. Serão analisadas as leis que regulamentam a questão, incluindo a Lei Estadual 4.925/1985, a Constituição Federal, a Lei 8.629/1993 e o Decreto-Lei 9.311/2018. A metodologia envolverá revisão documental e entrevistas com assentados e especialistas jurídicos. Os resultados esperados incluem uma compreensão aprofundada sobre os desafios da sucessão fundiária nos assentamentos de reforma agrária e possíveis alternativas para garantir a permanência da terra na função social a que se destina.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; Sucessão fundiária; Posse da terra; Legislação agrária; Transmissão de lotes.

**Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autor Correspondente: E-mail: tulioemer@adv.oabsp.org.br

Dolo eventual como regra na responsabilidade pelo crime de rompimento de barragem

Tulio Emer Damasceno*; Caroline Luana Bernini Paião Emer**

Resumo: O presente trabalho científico tem como objetivo examinar o dever de aplicação do dolo eventual como regra nos casos de crime de rompimento de barragens, tendo em vista que, com o desenvolvimento da ciência midiática e a ampliação do acesso à informação, um número maior de pessoas tomou conhecimento das recentes tragédias decorrentes desses eventos. Somadas à tristeza e ao sentimento de solidariedade para com as vítimas, surgem críticas recorrentes à impunidade dos responsáveis. Nesse contexto, muitos debates emergem em torno da busca por leis e políticas públicas que tornem a justiça mais efetiva e contribuam para evitar novas ocorrências, sendo a aplicação do dolo eventual defendida como regra na responsabilização penal desses crimes. Para tanto, foram analisadas decisões judiciais emitidas pelos principais tribunais de justiça, bem como legislações pertinentes e doutrinas que apresentam entendimentos divergentes — algumas favoráveis e outras contrárias à aplicação do dolo eventual como regra —, com o intuito de fundamentar a discussão e sustentar a conclusão proposta.

Palavras-chave: Rompimento; Barragem; dolo; Eventual; tragédias.

*Advogado, Formado em Direito pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru, Pós-Graduado em Direito Penal Lato Sensu pelo Damásio Educacional.

**Centro Universitário Bauruense (UNIESB), Bauru/SP.

*Autor Correspondente: E-mail: tulioemer@adv.oabsp.org.br

Explorando horizontes sustentáveis: análise da educação ambiental nos livros didáticos do PNLD 2023 voltados ao ensino fundamental I

Natália Martins Ferré*; Janaína Florinda Ferri Cintrão*

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar os livros didáticos de Ciências da Natureza do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) 2023, voltados ao Ensino Fundamental I, buscando compreender como os conteúdos são relacionados à temática ambiental. A Educação Ambiental (EA), enquanto campo múltiplo, atravessa os documentos legais brasileiros e as políticas públicas educacionais, como a BNCC e a PNEA, e deve ser parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa adota como metodologia a análise documental de coleções selecionadas para o quadriênio 2023, com base em critérios como abordagem crítica, interdisciplinaridade e identificação das macrotendências político-pedagógicas da EA. Espera-se que os resultados revelem o grau de alinhamento das obras com os princípios de uma Educação Ambiental crítica, emancipatória e socialmente referenciada, contribuindo para o aprimoramento das práticas editoriais e políticas públicas educacionais.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Livros Didáticos; Políticas Públicas; Ensino Fundamental.

*Programa de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente - Universidade de Araraquara - UNIARA.

*Autor Correspondente: E-mail: natalia.ferre@uniara.edu.br